

COINFRA Infraestrutura e Energia

Informe estratégico



O Brasil supera a marca de 1.000 contratos de Parcerias Público-Privadas e Concessões.

Segundo a consultoria especializada Radar PPP, até metade de junho de 2023, existiam 1.017 concessões (e PPPs) ativas no Brasil, ou seja contratos que haviam começado e que estavam em andamento. A maioria desses contratos é de infraestrutura de saneamento básico (água e esgoto - 139), seguido por estacionamento rotativo (111), unidades administrativas e serviços públicos (100), cultura, lazer e comércio (96) e iluminação pública (83). Ainda, segundo a consultoria, são os municípios que mais concedem obras e serviços públicos, com 705 contratos, contra 194 estaduais (05 no DF) e 107 da união.

É preciso também olhar o contraponto desse cenário que são as concessões e PPPs que por motivos diversos – normalmente associados à problemas na qualidade dos projetos e suas modelagens, ficaram no meio do caminho. O filtro é grande: para produzirem esses 1.017 contratos em andamento, mais de 3.800 iniciativas não foram concluídas (desses, merecem destaque os 1.235 processos paralisados e 804 cancelados).

Concessões e PPPs (Parcerias Público-Privadas) são diferentes de uma privatização. Nos dois primeiros modelos, o “ativo” concedido, depois de um tempo determinado em contrato – investimentos realizados e metas alcançadas, retorna para o ente público. O formato ainda é apresentado de forma equivocada por setores que preferem politizar o assunto, colocando todos os conceitos em “vala comum”.

O Brasil é um país continental e existem imensos desafios estruturais para serem superados. Só para a universalização do saneamento, estima-se que serão necessários investir R\$ 896 bilhões (KPMG/ABCON. 2022) em novos ativos e na recuperação dos ativos existentes. É consenso dos especialistas que, sozinho, o setor público não conseguirá alcançar a meta de universalização (99% água e 90% esgoto) em 2033.

Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), foram investidos pelos prestadores públicos algo em torno de R\$ 324,6 bilhões entre 2002 a 2021. Desses, 79% vieram das companhias estaduais (que, quando comparadas às autarquias municipais, apresentam uma melhor eficiência operacional, não sendo isso necessariamente uma regra). Sem dúvida um montante significativo, mas aquém dos valores necessários para alcançar a universalização, estabelecida no Novo Marco do Saneamento, a Lei 14.026/20.

Cenário semelhante pode ser observado nas concessões rodoviárias, para as quais o novo PAC (Programa de Desenvolvimento Econômico) prevê um pacote de obras de infraestrutura de R\$ 240 bilhões até 2026 (incluindo concessões e PPPs), além de 2.407 Km de rodovias orçados em R\$ 66 bilhões – investimentos para 20 anos, previstos para serem concedidos esse semestre. No modal rodoviário também não faltam desafios. A pandemia, um dos motivos apontados pelos especialistas, trouxe desequilíbrio nos contratos. Além disso, das 24 concessões rodoviárias federais, 16 estão em processo de devolução, reequilíbrio ou relicitação.

No Espírito Santo, a concessionária ECO 101 (que administra a BR 101/ES/BA) protocolou ano passado, junto à ANTT, pedido de “devolução amigável” do contrato. O fundamento para isso está na lei 13.448 de 2017. Porém, com poucos efeitos práticos, os ativos com problemas (como a BR 101 no ES) não avançaram nas tratativas e apenas o aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) foi devolvido e relicitado. Essa semana, uma nova alternativa surgiu com a apreciação pelo TCU da possibilidade de repactuação dos contratos de concessão e PPPs, quando os atuais operadores, que haviam aderido ao “mecanismo de devolução amigável”, poderão renegociar seus contratos e seguir operando. Segundo o Ministério dos Transportes isso pode destravar 12 concessões e R\$ 80 bilhões em investimentos – inclusive o da ECO 101.

O sucesso das concessões e PPPs passam por um modelo que capture o melhor do agente público e do mercado, fundamentado em uma regulação eficiente e sensível ao bem comum, que é o desenvolvimento da infraestrutura econômica, com desdobramentos do setor produtivo, gerando trabalho e renda para o povo brasileiro.

Icaro Gomes

Especialista em Concessões e PPPs

Gustavo P. Barbosa

Presidente do Coinfra